

Paraná apresenta plano para a construção de 40 escolas

Parceria público-privada será anunciada na bolsa de valores de SP

Divulgação/Seed-PR

A definição das empresas responsáveis pela construção e operação de novas unidades de ensino no Paraná será anunciada nesta terça-feira (24), na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

O programa prevê a implantação de 40 escolas em 31 municípios e a criação de mais de 25 mil vagas nos ensinos Fundamental e Médio da rede estadual.

O projeto integra o Programa de Parceria Público-Privada (PPP) Mais Escolas Paraná, que estabelece a participação da iniciativa privada na execução das obras e na gestão predial das unidades. A condução pedagógica permanecerá sob responsabilidade da Secretaria da Educação.

Das 40 escolas previstas, 26 atenderão, simultaneamente, ao Ensino Fundamental e Médio em tempo integral e oito serão apenas para o Ensino Fundamental também em tempo integral.

A iniciativa prevê a entrega de 692 salas de aula em até três anos após a assinatura dos contratos. As unidades terão capacidade para 14, 18 ou 24 salas. As construções serão distribuídas entre municípios como Arapongas, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais, entre outros.

A escolha das cidades considerou critérios técnicos e a necessidade de novas vagas na rede pública estadual. O modelo está dividido em dois lotes.

O Lote Norte reúne 18 uni-



O projeto inclui manutenção, alimentação e suporte tecnológico nas novas unidades escolares

dades e o Lote Sul, 22. Empresas ou consórcios poderão disputar um ou ambos os lotes. O critério de seleção será o menor valor mensal proposto para execução dos serviços, desde que atendidas as exigências técnicas, jurídicas e financeiras previstas nos editais.

Além das obras, as empresas vencedoras serão responsáveis por 21 serviços administrativos e operacionais, como limpeza, manutenção, alimentação, vigilância, suporte de tecnologia e conservação dos espaços.

O pagamento será feito ao longo de 20 anos, após a entrega das escolas, condicionado ao cumprimento de metas e indi-

cadores, com auditoria independente trimestral.

O contrato também prevê renovação de mobiliário em 10 anos e atualização dos equipamentos de tecnologia a cada cinco anos, além de substituições sempre que necessário.

Cada unidade deverá contar, em média, com 400 dispositivos, entre chromebooks, notebooks e desktops destinados a atividades pedagógicas e administrativas.

Os estudos de viabilidade começaram em 2023 e envolveram a Secretaria da Educação e a Paranaeducação, com apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O projeto passou por consulta pública no início de 2025 e recebeu aprovação da Procuradoria-Geral do Estado antes da fase de licitação. As propostas foram entregues em 18 de março e o resultado será apresentado hoje.

O processo não terá disputa em viva-voz. Em caso de empate, será considerada a melhor proposta técnica entre os concorrentes. As obras serão realizadas em terrenos disponibilizados pelas prefeituras municipais.

O cronograma de execução será definido após a escolha das empresas responsáveis e deverá seguir o prazo máximo previsto para conclusão das unidades.

RS: Saúde da Família chega a 93% da população

Porto Alegre (RS) alcançou em 2025 cobertura potencial de 93,8% na Estratégia Saúde da Família (ESF), segundo dados do e-Gestor Atenção Primária à Saúde, conforme divulgado pela comunicação da prefeitura.

O índice supera a meta de 80% do Plano Municipal de Saúde e indica que a maior parte da população está vinculada a equipes de referência, com estrutura disponível para atendimento.

A cobertura potencial considera a capacidade instalada da rede, com base na quantidade de unidades, equipes ativas e possibilidade de acompanhamento contínuo. O indicador mede o acesso à assistência ao longo do tempo, e não apenas o número de cadastros.

A ampliação reflete ações voltadas à organização do cuidado e à presença de serviços próximos às residências.

A rede de Atenção Primária conta com 133 Unidades de Saúde, 326 Equipes de Saúde da Família, 62 Equipes de Atenção Primária, nove equipes de Consultório na Rua, 18 equipes do programa Melhor em Casa e 24 equipes multiprofissionais. Esses grupos atuam de forma integrada, com foco no acompanhamento regular da população e na articulação com outros níveis de atendimento.

Entre as medidas adotadas para ampliar o acesso está a extensão do horário de funcionamento. Ao todo, 58 unidades oferecem atendimento após as 18h, o que amplia a possibilidade de acesso para usuários que trabalham em horário comercial.

A iniciativa busca reduzir barreiras de atendimento e fortalecer a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). A organização da rede também prioriza o acompanhamento contínuo dos usuários, com ações voltadas à prevenção, monitoramento de condições crônicas e orientação em saúde.

A presença de equipes vinculadas aos territórios permite identificar demandas locais e organizar o fluxo de atendimento de forma mais próxima da população.

O resultado registrado em 2025 consolida a expansão da cobertura e indica capacidade de atendimento para grande parte dos moradores, com estrutura distribuída em diferentes regiões da cidade.

SC é o quarto estado a registrar foco de planta invasora prejudicial a plantações

Divulgação/Cidasc

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) confirmou a presença de *Amaranthus palmeri* em uma propriedade rural de Campo Erê, no Oeste do estado, e iniciou medidas para evitar a disseminação.

A área foi interditada, com eliminação das plantas identificadas e monitoramento em imóveis próximos. A espécie tem alta capacidade reprodutiva e pode se espalhar com rapidez. Cada exemplar pode gerar de 200 mil a 500 mil sementes, com possibilidade de superar 1 milhão.

O material permanece viável no solo por anos, o que dificulta o manejo após a instalação. O avanço da planta pode causar prejuízos em culturas como soja e milho. Ela apresenta resistên-



Espécie se reproduz rapidamente e atrapalha culturas locais

cia a herbicidas como glifosato e inibidores de ALS (Acetolactato Sintase), o que reduz a eficiência dos métodos usuais de controle.

Em períodos de temperaturas elevadas, encontra condições favoráveis para o crescimento e

competição por recursos.

A identificação foi feita por laboratório credenciado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), com base em análises morfológicas e moleculares, além de exames por microscopia e

PCR (Reação em Cadeia da Polimerase).

Após a confirmação, equipes técnicas passaram a atuar no entorno para delimitar o foco e orientar produtores.

As ações seguem protocolos do Programa Nacional de Prevenção e Controle do *Amaranthus palmeri*, que prevê resposta imediata diante do risco de dispersão. A estratégia inclui controle direto, levantamento de áreas vizinhas e acompanhamento contínuo para impedir novos registros. O registro em Santa Catarina ocorre após ocorrências em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A Cidasc mantém o monitoramento e reforça a orientação para que produtores comuniquem suspeitas às autoridades.